

Encerra dia 05 de fevereiro o prazo para servidores da ex-Roquette Pinto possam comparecer ao Sindsep

Encerra-se no próximo dia 05 de fevereiro, o prazo para que os alguns servidores da Ex-Fundação Roquette Pinto compareçam à sede do Sindsep/MA, para tratarem sobre o Processo de Imposto de Renda sobre o Abono de Permanência.

A lista completa com o nome dos servidores está dis-

ponível na página do sindicato – sindsep.org.br.

Os documentos a serem entregues são os seguintes: Kit de documentos (procuração, contrato e declaração de pobreza); RG e CPF; comprovante de residência; fichas financeiras de 1995 a 2024; Portaria/diário oficial da aposentadoria ou

pensão; Carteira de trabalho

Os pensionistas precisam recolher checklist completo da documentação, além das fichas desde o início da pensão até 2024.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: 2108 0001.

Taxa média de desemprego cai para 7,8% em 2023, o menor patamar em nove anos

A recuperação econômica do país começa a dar resultados positivos também nos índices de desemprego. No ano passado, a taxa média ficou em 7,8%. É o melhor resultado desde 2014 (governo Dilma), que na época ficou em 7%.

Na comparação com 2022, quando a taxa de desocupação chegou a 9,6%, o recuo foi de 1,8%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados nesta quarta-feira (31).

Rendimento médio aumenta e massa de rendimento bate recorde em 2023

O valor anual do rendimento real habitual foi estimado em R\$ 2.979, um aumento de 7,2% (ou R\$199) na comparação com 2022. O resultado chega perto do maior patamar da série, em 2014 (R\$ 2.989). Já o valor anual da massa de rendimento real habitual chegou a R\$ 295,6 bilhões, o maior da série, com alta de 11,7% (mais R\$ 30,9 bilhões) em relação a 2022.

Outro dado positivo foi o aumento de empregados com carteira e sem carteira assinada que atingiu patamar recorde em 2023 com crescimento de 5,8% no ano chegando a 37,7 milhões de pessoas, o mais alto da série. Também a contingente anual de empregados sem carteira assinada no setor privado mostrou aumento, de 5,9%, chegando a 13,4 milhões de pessoas, pico da série.

A tendência é confirmada, segundo o IBGE, quando se observa a queda na população desocupada média de 2022 para 2023: redução de 17,6%, chegando a 8,5 milhões de pessoas.

A população ocupada média voltou a bater o recorde da série e chegou a 100,7 milhões de pessoas em 2023, resultado 3,8% acima de 2022. Frente à média de 2012 (89,7 milhões de pessoas), representa um aumento de 12,3%.

O nível médio da ocupação (percentual ocupados na população em idade de trabalhar) também cresceu e chegou a 57,6% em 2023, 1,6 % a mais que em 2022 (56,0%).

A taxa anual de informalida-

de teve um leve recuo; passou de 39,4% para 39,2% enquanto a estimativa da população desalentada diminuiu 12,4%, alcançando 3,7 milhões de pessoas. O número de trabalhadores domésticos cresceu 6,2%, chegando a 6,1 milhões de pessoas

Desocupação têm queda e carteira assinada bate recorde no quarto trimestre de 2023

Considerando apenas o índice do trimestre de outubro a dezembro de 2023, a taxa de desocupação (7,4%) recuou 0,3%, na comparação com o trimestre de julho a setembro (7,7%) e 0,5 % se comparada à do mesmo trimestre de 2022 (7,9%). Foi a menor taxa desde o trimestre encerrado em janeiro de 2015, e a menor para um trimestre encerrado em dezembro desde 2014.

O número de empregados com carteira de trabalho no setor privado (exceto trabalhadores domésticos) teve alta de 1,6% no trimestre e de 3,0% no ano, chegando ao ápice da série da PNAD Contínua: 37,973 milhões.

Fonte: CUT



Captura do Estado pela dominância financeira é o que derruba investimento público

Uma matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo no domingo, 28, expressou mais um capítulo do lamentável compromisso da mídia corporativa brasileira e de seus experts, porta-vozes do Estado mínimo e dos interesses dos setores rentistas e improdutivos da sociedade, em detrimento dos direitos e garantias da maioria esmagadora da população do país, composta por trabalhadores e trabalhadoras que elegeram mais e melhores serviços públicos.

Não é surpresa que o braço discursivo de grupos empresariais lesa-pátria, que desde sempre concedeu importantes espaços de vocalização contrários às políticas sociais brasileiras - mais recentemente no contexto dos debates sobre a Reforma Trabalhista (2017) e a Reforma da Previdência (2019) - coloque na conta das aposentadorias de trabalhadores e de trabalhadoras os anos amargos do golpismo em que os investimentos públicos despencaram.

Baseado em "cálculos do especialista em contas públicas Raul Velloso" o texto é considerado incompleto, tendencioso e alarmista. A supervisora técnica do Dieese, Mariel Lopes, avalia que a matéria traz muita conclusão de correlação para pouco índice. "É importante calcular e acompanhar o déficit atuarial para manter a sustentabilidade do sistema previdenciário, e o aumento de receitas é muito bem vindo, mas não significa que isso deve ser feito à custa de uma diminuição das aposentadorias, que estão cada vez mais defasadas", explica. "Seria interessante debater mais detalhadamente as informações apresentadas na matéria jornalística, pois não é justo colocar sobre os aposentados a responsabilidade de cumprir metas fiscais que só os prejudicam", avalia.

Não se enganem. Apesar dos manuais de redação universitários, não existe texto jornalístico neutro: toda notícia trabalha, ob-

viamente, com critérios de seleção, por meio dos quais se opta em incluir determinados dados em detrimento de outros. Esses critérios podem variar enormemente, mas nesse caso possuem como único objetivo reafirmar as posições ideológicas neoliberais dos setores que mais capturaram a riqueza coletiva do país nos últimos anos.

Em última análise, destruir os serviços públicos e pavimentar o caminho para que a contrarreforma administrativa se torne realidade, para que, assim, direitos universais e adquiridos à saúde, à educação, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à assistência social, à terra, à segurança alimentar e nutricional, à moradia digna, entre tantos outros, simplesmente deixem de existir ou se transformem em novos negócios para um público privilegiado.

Fonte: CONDSEF